

Ministro defende descentralização

NO SEU discurso aos prefeitos, Malan defendeu a descentralização do poder público. Nesse sentido, reclamou do que classificou como resquícios da época colonial e do Império existentes hoje no Brasil e defendeu que os problemas comecem a ser resolvidos no âmbito do município.

Malan criticou a atitude dos municípios esperando que “um bando de pessoas de Brasília” anuncie programas nacionais para questões que podem ser resolvidas pelo poder municipal. “O Brasil é muito grande para depender de programas nacionais. Não se pode ter a idéia de que saiam de Brasília todos os raios salvadores”, reclamou.

O ministro procurou explicar porque o governo defendeu o fim da estabilidade no serviço público, uma das medidas da refor-

ma administrativa. Ele criticou o fato de a estabilidade ser associada, no Brasil, a um direito constitucional que o servidor que trabalha um ou dois anos receba, “independentemente do seu interesse e do seu empenho no trabalho”. “Fica difícil sustentar isto num país com enormes desafios pela frente”, apontou.

Em contrapartida, Malan defendeu que o servidor público receba uma gratificação por desempenho. Disse que já existe uma experiência nesse sentido no Ministério da Fazenda e defendeu sua ampliação aos demais setores, em todo o País. Segundo essa idéia, o servidor passaria a ganhar mais por desempenho, independentemente do tempo de casa ou no cargo. “Estabilidade não é uma categoria dos direitos humanos”, reclamou.